PDC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.569.107/0001-22

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Valores expressos em Milhares de Reais – R$)*

Ativo	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	251
Impostos a recuperar		–	5
Total do ativo circulante		**3**	**256**
Não Circulante			
Investimentos em controladas e coligadas	6	513.668	526.380
Total do ativo não circulante		**513.668**	**526.380**
Total do ativo		**513.671**	**526.636**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Fornecedores		10	1
Contas a pagar – partes relacionadas	5	76	253
Total do passivo circulante		**86**	**254**
Total Do Passivo		**86**	**254**
Patrimônio Líquido			
Capital social	8	608.563	608.563
Reserva de transação de capital		(78.657)	(78.713)
Prejuizos acumulados		(16.321)	(3.468)
Total do patrimônio líquido		**513.585**	**526.382**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**513.671**	**526.636**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado – Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 *(Em Milhares de Reais – R$, exceto o lucro exercício líquido do Período por Ação Básico e Diluído)*

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas			
Equivalência patrimonial	6	(12.768)	(3.981)
Lucro bruto		**(12.768)**	**(3.981)**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	9	(83)	(65)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(83)**	**(65)**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(1)	(27)
Variação cambial, líquida	10	–	12
		(1)	(15)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(12.852)**	**(4.061)**
Prejuízo do exercício		**(12.852)**	**(4.061)**
Prejuízo por ação básico e diluído – R$	11	**(0,0211)**	**(0,0067)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores Expressos em Milhares de Reais – R$)*

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(12.852)	(4.061)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	6	12.768	3.981
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		5	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		9	(11)
Contas a pagar – partes relacionadas	5	(177)	102
Outras contas a pagar		(1)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(248)	10
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal		–	1
Aumento de Capital	11	–	240
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		–	241
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(248)**	**251**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**251**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**251**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores Expressos em Milhares de Reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de transação de capital: Ágio na subscrição de ações	Reserva de transação de capital: Perda por diluição de participação em investida	Reserva de transação de capital: Ganho por diluição de participação em investida	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembrode 2019		**608.323**	**(126.059)**	**(198.542)**	**245.888**	**1.427**	**(834)**	**–**	**530.203**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(4.061)	(4.061)
Aumento de capital		240	–	–	–	–	–	–	240
Destinações do prejuízo:									
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucro		–	–	–	–	–	(593)	593	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**608.563**	**(126.059)**	**(198.542)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(3.468)**	**526.382**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**608.563**	**(126.059)**	**(198.542)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(3.468)**	**526.382**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(12.852)	(12.852)
Aumento de capital	8	–	–	–	56	–	–	–	56
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**608.563**	**(126.059)**	**(198.542)**	**245.944**	**1.427**	**(1.427)**	**(16.320)**	**513.586**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores Expressos em Milhares de Reais – R$)*

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo do exercício	**(12.852)**	**(4.061)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(12.852)**	**(4.061)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A PDC Participações S.A. ("Sociedade"), criada em 9 de maio de 2012, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. A PDC Participações S.A. é constituída por capital estrangeiro, sendo o seu acionista direto a Participes en Brasil S.L. ("Participes"). Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes en Brasil S.L. ("Participes"), controladora da PDC, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. ("Abertis"), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL ("Brookfield"), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da PDC, respectivamente. Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade começou a participar na Arteris S.A. ("Arteris" ou "Investida") por meio da subscrição e integralização de 59.415.507 ações mediante a capitalização dos créditos decorrentes do instrumento de adiantamento para futuro aumento de capital celebrado entre a Sociedade e a Arteris em 2 de junho de 2016 no montante de R$597.720, e passou a ser acionista da Arteris com participação de 12,56%, que posteriormente foi diluída para 7,95% conforme nota explicativa nº 8. A Arteris S.A. ("Arteris" ou "Investida") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Arteris S.A. é uma *empresa* brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos são (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são: **3.1 Instrumentos financeiros: 3.1.1 – Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.1.2 – Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Investimentos:** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pela Investida nas mesmas datas-bases das demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a PDC participa em 7,95% do capital da Arteris, a sociedade não detém o controle acionário da Arteris S.A. **3.4. Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para riscos tributários: A Sociedade é parte de processos judiciais. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.7. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **3.8. Apuração do resultado:** Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (g) Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas IFRS 2018–2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); (j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e contas bancárias	3	251
Total	**3**	**251**

5. Partes Relacionadas – A PDC Participações S.A. ("Sociedade"), criada em 9 de maio de 2012, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. A PDC Participações S.A. é constituída por capital estrangeiro, sendo o seu acionista direto a Participes en Brasil S.L. ("Participes"), Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes en Brasil S.L. ("Participes"), controladora da PDC, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. ("Abertis"), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL ("Brookfield"), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da PDC, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não há saldo no ativo circulante. O saldo de R$76 em 31 de dezembro de 2021 (R$253 em 31 de dezembro de 2020) no passivo circulante, refere-se a custos e despesas administrativas pagas pela Investida Arteris e Abertis. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não havia saldos referentes a dividendos mínimos obrigatórios a pagar conforme descrito na nota explicativa nº 8. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

6. Investimento – Em 2016 a Sociedade passou a participar em 12,56% no capital da Arteris, conforme descrito na nota explicativa nº 1, por meio do aporte de R$597.720 realizado em 14 de setembro de 2016. Esse investimento é registrado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que a Sociedade e a Arteris possuem o mesmo acionista controlador, a Participes. Essa transação gerou um ágio com transação com partes relacionadas de R$126.059, proveniente da diferença entre o valor de subscrição das ações e o valor contábil do patrimônio líquido da Arteris S.A. na data da subscrição das ações, que era de R$471.661. O ágio gerado foi revertido diretamente no patrimônio líquido da Sociedade, sob a rubrica "Ágio na subscrição de ações", em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante o exercício de 2017, os acionistas fizeram aumentos de capital na Arteris por meio da emissão de 174.896.715 ações (78.528.827 em 31 de dezembro de 2016) no montante de R$1.871.563 (R$790.000 em 31 de dezembro de 2016). Consequentemente, a Sociedade teve seu investimento diluído de 10,77% para 8,26% em 2017 (de 12,56% para 10,77% em 2016). A transação gerou perda por diluição na participação da Investida, no montante de R$130.282 (R$68.260 em 31 de dezembro de 2016) relacionado à redução de participação no capital de 2,51% no patrimônio líquido (1,79% em 31 de dezembro de 2016), e ganho por diluição com aumento de capital na Investida, no montante de R$160.805 (R$85.083 em 31 de dezembro de 2016), com base em aumentos de capital realizados diretamente pelos acionistas na Arteris. Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

	31.12.2021											
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita liquida	Lucro/ (Prejuízo)
Arteris	760.338.900	8%	6.464.386	222.524	9.739.004	9.961.528	381.227	3.115.915	3.497.142	–	(158.567)

Em 21 de setembro de 2021 a Sociedade teve seu investimento diluído de 8,26% para 7,95% devido aumento de capital social na Arteris no montante de R$250.000 por meio de emissão de 28.857.626 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional. A transação gerou perda por diluição na participação no montante de R$56.350 relacionado à redução de participação no capital de 0,31% no patrimônio líquido da Investida.

Informações sobre a Arteris S.A.:	31.12.2021	31.12.2020
Percentual de participação da Sociedade	7,95%	8,26%
Patrimônio líquido	6.464.386	6.372.953
Prejuízo do exercício	(158.567)	(48.189)
Saldo anterior	526.380	530.361
Equivalência patrimonial no exercício	(12.768)	(3.981)
Ganho por diluição com aumento de capital em investida	56	–
Saldo final	**513.668**	**526.380**

7. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Administração não tinha o conhecimento de nenhum processo de natureza cível ou trabalhista na qual a Sociedade é parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis. Em 5 de fevereiro de 2013, foi aprovada em assembleia dos debenturistas a cessão da dívida antes pertencente a Participes en Brasil S.LA. para a Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL. A mudança dos devedores provocou uma novação da dívida nos termos da lei brasileira e consequentemente a nova tributação do Imposto sobre Operações Contábeis – IOF. A Sociedade depositou em juízo e provisionou o montante que atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.801 e está discutindo judicialmente o pagamento deste imposto por entender que a transação ocorrida não caracteriza uma nova operação financeira. A provisão está sendo apresentada líquida junto ao depósito judicial e como consequência não há impacto nas demonstrações contábeis, considerando que a Sociedade é um veículo para a captação de recursos e os devedores do contrato, Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, são os responsáveis pelas despesas com este imposto. Em 31 de dezembro de 2021 não havia decisão terminativa referente ao mérito objeto da discussão judicial.

8. Patrimônio Líquido – Capital Social: O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$608.563, representado por 609.153.922 ações ordinárias, sem valor nominal. Reserva de transações de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, durante o exercício findo em 2021 houve uma diluição do capital na participação da Investida, no montante de R$56.350 gerando uma redução de participação no capital de 0,31% no patrimônio líquido da Investida, passando de 7,95% (8,26% em 31 de dezembro de 2020). Essas transações foram registradas diretamente no patrimônio líquido, sob a rubrica "Reserva de transações de capital", em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

9. Despesas por Natureza – Representadas por:

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas gerais e administrativas:		
Serviços de terceiros	(44)	(65)
Outros	(39)	–
Total	**(83)**	**(65)**

10. Resultado Financeiro – Representados por:

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras:		
Despesas Bancárias	(1)	(27)
Total	**(1)**	**(27)**
	31.12.2021	**31.12.2020**
Variação cambial liquída:		
Variação cambial	–	12
Total	**–**	**12**

11. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

	31.12.2021	31.12.2020
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(12.852)	(4.061)
Número de ações durante período	608.803	608.803
Lucro por ação	**(0,0211)**	**(0,0067)**

12. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31.12.2021		31.12.2020	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	3	3	251	251
			3	**3**	**251**	**251**
Passivo						
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	76	76	253	253
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	10	10	1	1
			86	**86**	**254**	**254**

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R$ 83 em 2020 o passivo circulante não excedeu o ativo circulante.

Diretoria

Flavia Lucia Matiolli Tâmega – Diretora Jurídica

Simone Borsato – Diretora Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da PDC Participações S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da PDC Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PDC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza